

METODOLOGIAS PARA RESIDÊNCIA PROFISSIONAL EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA MULTIDISCIPLINAR NA EXTENSÃO DA PÓS- GRADUAÇÃO

Articulações para proposições de inclusão social em
territórios excluídos

Angela Maria Gordilho Souza (PPGAU/UFBA)

Liza Maria Souza de Andrade (PPG-FAU/UnB)

RESUMO GERAL

Na atualidade do processo de globalização, em que o neoliberalismo se fortalece na produção e gestão dos territórios, observa-se a inflexão de políticas públicas no empreendimento de projetos de interesse social em áreas urbanas e rurais. Essa situação se evidencia na desmobilização do planejamento de Estado e insuficiência de investimentos públicos nos assentamentos e periferias urbanas, na ampliação de contingentes de sem-terra e sem-tetos, na degradação ambiental e na intensificação de situações de violência, riscos, escassez de renda e de serviços coletivos necessários para a auto sustentação dos grupos sociais e do ambiente, com integração social. São questões que aprofundam a exclusão dos mais pobres e deterioram a qualidade do ambiente e da vida da maior parte da população brasileira. Nas áreas urbanas, com cerca de 85% do total de habitantes, na contramão dos direitos conquistados nas últimas décadas, a partir da Constituição de 1988, evidencia-se o avanço de um padrão de urbanização privatista, seletivo e de gestão corporativa de recursos públicos, que produz espaços enclausurados, de acesso exclusivo pelo consumo de mercado e crescente gentrificação dos territórios sociais conquistados, processos que distanciam ainda mais as possibilidades de inclusão das periferias na dinâmica urbana e acesso às tecnologias sociais. **Diante desse contexto, urge a necessária discussão sobre quais iniciativas, movimentos e articulações estão em curso para o fortalecimento e (re)definição de políticas e recursos públicos adequados? Que conhecimentos são incorporados nessas ações?** Nesse sentido, o papel da universidade é crucial na reflexão e proposição de caminhos para articulações e avanços possíveis de resistências e proposições, considerando sobretudo as iniciativas extensionistas, que adquirem crescentemente relevância para além das atividades de pesquisa e ensino na pós-graduação. No campo da arquitetura, do urbanismo, do planejamento urbano e regional e áreas afins, essas questões

são fundamentais na produção e gestão de territórios mais inclusivos e particular atenção deve ser dada às possibilidades da assistência técnica participativa e multidisciplinar, com a implantação de Residências Profissionais, aprendendo com a prática e trocas de saberes, para elaboração de propostas de interesse coletivo, na formação profissional continuada e retorno social da universidade pública. Na sua história recente, a universidade no Brasil avançou em termos de ampliação da formação técnica, artística, científica e profissional de mercado, tanto na graduação, quanto na pós-graduação, consolidando uma ampla atuação em pesquisa, ensino, tecnologia, qualificação avançada de discentes e docentes em intercâmbios nacionais e internacionais, enfim, posicionando-se crescentemente na comunidade científica internacional. Mais recentemente, na sua inserção extensionista – uma vertente da atividade acadêmica historicamente menos valorizada –, a universidade vem ampliando sua atuação, como demonstram as novas possibilidades expressas no Plano Nacional de Extensão Universitária, de 1997. O campo da Extensão Universitária representa uma possibilidade importante de novos conhecimentos e política social a partir da transposição dos muros da universidade e do uso desse conhecimento na luta cotidiana pelo bem comum. Nas áreas de conhecimento vinculadas ao ambiente construído, as práticas universitárias de assistência técnica no Brasil têm ocorrido com mais frequência no nível da graduação, com experiências cíclicas em comunidades e na experimentação de tecnologias de baixo custo. Essas atividades têm ocorrido no âmbito de determinadas disciplinas, grupos de pesquisas ou laboratórios e, mais esporadicamente, na pós-graduação. Com a ampliação de cursos de mestrado e doutorado, voltados para formação acadêmica *stricto sensu* de pesquisadores e docentes, os cursos *lato sensu* nas universidades públicas escassearam e passaram a ser absorvidos pela extensão, prevendo-se especializações e capacitações dirigidas a empresas demandantes, seja por meio de parcerias institucionais (governo, empresa e universidade), seja por remuneração dos inscritos. Essa atuação gerou um conhecimento sofisticado para formação de profissionais favorecendo a concepção da tecnologia como ciência aplicada, induzida como neutra, mas ignorando a integração da participação popular com outros saberes para inclusão social tão necessária na realidade brasileira. No Pensamento Latino-americano em Ciência Tecnologia e Sociedade ou PLACTS há uma alta interdependência entre tecnologia e definição das condições da vida socioeconômica e da organização política da atualidade. Fundamenta-se em certa conceituação transdisciplinar que permitiu convergências epistemológicas e extracientíficas internas e externas às grandes áreas da ciência como a tecnociência e ciências humanas. Neste contexto, na visão de autores que trabalham com o conceito Ciência Tecnologia e Sociedade – CTS, como Hernán Thomas, Renato Dagnino, Ricardo Neder e Raquel Moraes, a tecnologia social surgiu como peça importante para ampliar a mobilização de movimentos sociais, sindicatos, empresas públicas e a mídia em geral. Assim, a Universidade tem sido convocada a associar ciência & tecnologia com saber popular. Este pensamento parte do princípio de que as práticas do interacionismo proposto originalmente pela Pedagogia Freiriana, também fazem parte da abordagem latino-americana da adequação sociotécnica - AST, como se os sujeitos do conhecimento científico pudessem compartilhar seus códigos técnicos com os sujeitos sociais organizados, gerando o conceito de “interacionismo pedagógico e sociotécnico”. O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX preconiza estratégias de mobilização social, a partir do aprofundamento da interlocução com as comunidades e do desenvolvimento de metodologias participativas desencadeadoras de maior protagonismo dos movimentos

sociais organizados e demais segmentos sociais, na construção das políticas de extensão e defesa das Instituições de Pesquisa e Ensino Superior, estimulando a realização de Fóruns Sociais simultâneos em todos os territórios. A universidade tem papel chave na formulação e na condução de políticas de ciência e tecnologia, a fim de assegurar a democratização de acesso e produção de conhecimento pelas novas ciências, que abrangem múltiplos campos de saberes inter e transdisciplinares como a visão sistêmica das cidades. No âmbito da Extensão Universitária para as demandas em tela, o modelo Residência Profissional voltado para o ambiente construído está ancorado na Lei Federal No. 11.888/2008 - Assistência Técnica Pública e Gratuita para Habitação de Interesse Social que traz o respaldo legal para o desenvolvimento de atividades de assistência técnica gratuita, com várias possibilidades de atuação, incluindo residência acadêmica e extensão universitária. Traz também, em perspectiva, a necessária articulação entre universidade e gestão pública e entre cursos de graduação e pós-graduação, visando o fortalecimento da capacitação profissional nessa área de atuação e os desdobramentos mais efetivos na promoção do direito à arquitetura, como um dos substratos do direito à cidade. Devido ao fato dessa Lei ainda não ter sido regulamentada, essas possíveis articulações ficam restringidas, por falta de fundos específicos de custeio, impedindo novos avanços na sua consolidação como política pública. O objetivo da proposta, ora apresentada, é discutir a implantação de residências profissionais para assistência técnica multidisciplinar no contexto atual das universidades públicas do Brasil, com foco nas experiências trazidas pela Residência AU+E/UFBA, implantada em 2011, e suas nucleações em outras universidades brasileiras até então, a saber: 2015/Universidade Federal da Paraíba (UFPB); 2017/Universidade de Brasília (UNB); 2017/Universidade Federal de Pelotas; (UFPel). Em outros moldes, a Universidade de São Paulo (USP) vem desenvolvendo experiências similares. Busca-se assim trazer avaliações dessas iniciativas nas suas distintas abordagens metodológicas, com base nos antecedentes extensionistas dessas instituições, os processos desenvolvidos, articulações, inovações, dificuldades e perspectivas de continuidade. Entende-se que as experiências a serem apresentadas, para além da capacitação em pós-graduação, potencializam o fortalecimento de políticas universitárias extensionistas, com ações profissionais multidisciplinares participativas e propositivas, em prol da emancipação social para o alcance de cidades mais democráticas, acolhedoras e sustentáveis, na conquista pelo direito à cidade.

PROPOSIÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E DESDOBRAMENTOS DA RESIDÊNCIA AU+E/UFBA

Angela Maria Gordilho Souza (PPGAU/UFBA)

Com base na Lei Federal No.11.888/2008 de Assistência Técnica e inspirando-se na Residência Médica, em 2011, foi aprovada pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, a proposta da Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, pioneira no Brasil, por meio do Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade. Com duração de 14 a 16 meses e oferta bianual gratuita, tem como objetivo atuar na capacitação profissional e social, nessa área de atuação e afins, com desdobramentos em práticas socioespaciais propositivas para a melhoria do ambiente construído. Introduzindo uma metodologia inovadora, aprimorada nas suas três edições 2013/14; 2015/16 e 2017/18, com nucleações

em outras universidades, inclui atividades de ensino-pesquisa-extensão, com prestação de serviço-aprendizagem, integrando múltiplos saberes em projetos participativos demandados por comunidades desassistidas. Está voltado para recém-graduados e gestores públicos, incorporando também estudantes de graduação em estágio profissional. Os projetos finais, repassados para as comunidades, contêm os dimensionamentos necessários para atender a editais, sob a responsabilidade técnica dos profissionais envolvidos. Visando a mediação com os setores públicos, prevê-se a continuidade executiva dos projetos, com assessoria profissional do egresso, funcionando assim a Residência AU+E/UFBA como incubadora de novas possibilidades propositivas (<https://residencia-aue.ufba.br/>).

RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL DA UNB EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE - CTS: HABITAT, TRABALHO E SAÚDE PRIMÁRIA.

Ricardo Toledo Neder e Liza Maria Souza de Andrade
(NPCTS/CEAM/UnB; FAU/UnB)

O direito à cidade e o direito à moradia são equivalentes a criação de direito a tecnologia social entendida como domínio das formas de produção autogeridas mediante o trabalho associado das comunidades, sob as características históricas da chamada "autoconstrução" e suas formas organizativas. A este domínio do ciclo produtivo chamamos de condições sociotécnicas de organização de lideranças, movimentos sociais e populares, que pode ser fomentado por políticas de ensino-pesquisa-extensão sob o formato de Residência Multiprofissional. Trata-se de implantar fundos rotativos solidários enquanto tecnologia social que exige a formação e capacitação de grupos, em igualdade de gênero, para atuar com o perfil de Mediadores/Formadores Territoriais em questões e demandas sociais urbanas e rurais específicas convertidas em microprojetos com famílias no Cadunico, direcionando as ações nos Territórios do DF e entorno: Região Norte (Itapoã/Paranoá; Mestre D'Armas/Planaltina, Varjão/Serrinha/Lago Oeste); Região de Planaltina, assentamentos da reforma agrária (Pequeno William e Oziel III); Região Sul (Cidade Estrutural/Taguatinga) e Região Sudoeste (Quilombo Mesquita divisa DF/GO-Cidade Ocidental). Pretende-se envolver as famílias na criação de microprojetos vinculados com possibilidades de arranjos locais a partir de trilhas temáticas de experiências com tecnologia social: agrourebania, saúde e saneamento; arte e design social; urbanismo participativo, direito à cidade e trabalhos emergentes.

IMPLANTAÇÃO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA NAS ÁREAS DE ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA – ATAU+E/UFPB

Elisabetta Romano e Flávio Tavares Brasileiro
(PPGAU/UFPB; Prefeitura Municipal do CONDE)

Alinhando-se às possibilidades asseguradas pela Lei Federal No.11.888/2008 de Assistência Técnica, a presente proposta tem como fundamento a parceria com a Universidade Federal da Bahia, para criação desta proposta de Assistência Técnica, reunindo atividades de pesquisa, ensino, extensão e trabalho de campo, com vistas a uma produção sistemática de projetos de assistência técnica em habitação e direito à cidade. Nesta versão, enfatiza a interação entre os cursos de pós-graduação e de graduação, com bolsas de iniciação científica, estágio docência e bolsas de pós-doutorado, dentre outras possibilidades. Especial atenção para os trabalhos finais de graduação (TFGs), com temas nessa área, portanto com perspectiva de continuação na Assistência Técnica. Constitui, assim, uma proposta inovadora, amparada pela relação entre universidade pública, estados, municípios e comunidades, numa perspectiva de integração transdisciplinar, envolvendo os diversos níveis de formação profissional, diferentes instâncias sociais. O sucesso da iniciativa na UFBA trouxe a viabilidade de sua replicação, mantendo-se moldes similares para esta 1ª. edição na UFPB, com perspectivas de se propagar em rede nacional e na mobilização de intercâmbios internacionais, incentivando novas possibilidades de cooperação e troca de experiências, fortalecendo assim a inserção social da universidade pública e a perspectiva de inovação tecnológica em áreas de interesse social.

EXPERIÊNCIA E INOVAÇÃO NA NUCLEAÇÃO DE PELOTAS/ RS / FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

**Nirce Saffer Medvedovski, André Carrasco e Eduardo Rocha
(PROGRAU/UFPEL)**

A UFPEL, como universidade pública na região sul do Rio Grande do Sul sempre teve uma forte inserção no contexto sócio econômico local e larga experiência em extensão. A Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, desde a década de 70 tem contato com as comunidades locais e suas associações, desenvolvendo trabalhos integrados com as prefeituras da sua microrregião nos campos do patrimônio histórico, planejamento urbano e regional e habitação de interesse social, com plena integração entre o ensino, pesquisa e extensão. Esse histórico auxilia o entender a opção de filiar-se a Residência AU+E promovida de forma pioneira pela UFBA na condição de nucleada a partir de 2017. Na capacitação para atuação dentro do escopo da Lei de Assistência Técnica, destacamos a necessidade de novo olhar sobre o ensino-aprendizagem voltados ao suporte de Tecnologias Sociais: as abordagens das questões urbanas desde o olhar da Cartografia Social, uso de modelos de simulação com apoio de Sistemas de Informação Geográfica; uso de TI no apoio a métodos e técnicas participativos como o Diagnóstico Rápido Urbano Participativo – DRUP. No atual contexto de perspectiva de redução das ações de ATHIS, a capacitação da Residência é um local de inovação e resistência.

UMA IDEIA, VÁRIOS CAMINHOS: RESIDÊNCIA E PRÁTICA PROFISSIONALIZANTE- FAUUSP

Maria Lucia Refinetti Martins e Caio Santo Amore (FAUUSP)

O Programa de Residência desenvolvido em 2015/2016 na FAUUSP foi uma alternativa que se viabilizou num contexto específico, de uma administração municipal que apostava no diálogo e parceria com as Universidades e estava por desenvolver Planos de Desenvolvimento Urbano em SubPrefeituras. Nessas condições viabilizou-se o convênio. Os residentes, em tempo integral, receberam bolsas da municipalidade, com a contrapartida de serem aprovados no curso e cumprirem as atividades junto às SubPrefeituras e Conselhos Comunitários. No entanto, repetir esse formato depende da existência de oportunidade com outros agentes, o que se mostrou praticamente impossível, após algumas tentativas, posto que a coordenação de prazos e recursos é bastante difícil. Nova alternativa foi delineada ao longo de 2018, como Prática Profissionalizante, e deverá ter início em janeiro de 2019. Será um programa com menor número de horas, distribuídas ao longo de cinco meses. Será igualmente um curso gratuito, para 25 alunos, porém sem oferecimento de bolsas. Suas atividades ocorrerão apenas três dias por semana: às sextas-feiras, o dia todo (aulas teóricas, na Universidade) e prática, nos fins de semana, num assentamento informal e precário, para o qual se desenvolverão projetos de qualificação física e de regularização fundiária, em cooperação com a comunidade local.